

acesso a alguma de suas obras. Possivelmente ele conheceu o seu ceticismo com relação à existência do mundo exterior por meio de Bayle, que resume as posições do abade sobre esta questão no verbete “Pirro” do seu “Dicionário Histórico e Crítico”. Berkeley, outro autor familiar a Hume, usa o mesmo argumento, mas ao contrário de Bayle, não cita Foucher.

11 - Na última parte dos *Dialogues*, porém, Hume parece admitir que “a natureza não faz nada em vão” e que o exame de seu funcionamento leva o homem sábio a reconhecer a existência de um autor original e inteligente. O mesmo é insinuado na introdução e na conclusão de sua “História da Religião Natural”. Contudo, mesmo esses argumentos empiristas tão caros a Cleanto e tão valorizados por Huet para a fundação da fé, não são completamente decisivos para Hume, que não encontra uma “solução totalmente satisfatória” para a disputa acerca do teísmo.

12 - Ver capítulos VII: “O cético dogmatiza?” e XXV: “Da expressão *todas as coisas são não apreensíveis*” do livro I de “*Outlines of Pyrrhonism*” de Sexto Empírico.

A teoria cartesiana da criação

Carlos E. P. Oliveira*

Resumo: Este artigo pretende expor a teoria cartesiana da criação encontrada nas *Meditações*, da qual decorre coerentemente a *teoria da livre criação das verdades eternas* desenvolvida por Descartes nas *Cartas*, entre os anos de 1630 e 1649. Fazendo isso, tenta-se refutar interpretações segundo as quais a teoria da livre criação seria marginal ou incompatível com o sistema cartesiano. Para tanto, apresentaremos a concepção tomasiana da criação e a gradativa refutação cartesiana da mesma, donde emerge uma moderna teoria da criação, fundamento *sine qua non* da teoria da livre criação das verdades eternas.

Palavras-chave: Deus; criação; causalidade; Tomás de Aquino; Descartes.

I

O objeto de análise desse artigo é a teoria geral da criação de Descartes, da qual decorre adequadamente a teoria especial cartesiana conhecida como livre criação das verdades eternas. De acordo com alguns autores, a teoria especial da criação permanece marginal, uma vez que não foi exposta em nenhuma de suas obras canônicas. Dessa real marginalidade, pois a teoria especial da criação fora apresentada por Descartes e discutida apenas nas *Correspondências*, nas *Quintas e Sextas Respostas* e na *Conversação com Burman*, há quem pretenda marginalizá-la do próprio sistema de Descartes, declarando-a incompatível. Entretanto, os alicerces sobre os quais se ergue a teoria especial da criação, que versa sobre a criação das verdades eternas, podem ser encontrados nas *Meditações*, onde Descartes elabora, segundo nossa investigação, sua teoria geral da criação, de cujos princípios decorre sua teoria especial¹.

Na teoria especial da criação, inaugurada em 15 de abril de 1630 numa correspondência endereçada a Mersenne, na qual Descartes afirma e lhe pede tornar pública sua descoberta metafísica, cuja evidência supera as evidências da Geometria, o conteúdo original e núcleo dessa descoberta é precisamente este: “*as verdades matemáticas, que vós nomeais eternas, foram estabelecidas por Deus e dele dependem inteiramente, assim como todo o resto das criaturas*” (Descartes 2, AT I, p. 145)². Se aqui Descartes fala de

* Mestrando do Departamento de Filosofia USP.

verdades matemáticas como correspondendo às verdades eternas, a progressiva exposição da teoria ao longo das *Correspondências* – até 1649 – não nos permite equivaler umas às outras. Em uma carta a Mersenne de 27 de maio de 1630, Descartes declara que as verdades eternas são as essências das coisas, as quais, conforme a Quinta Meditação, constituem a natureza íntima das coisas, sendo imutável e eterna (Cf. Descartes 2, AT IX-1, p. 51). Ora, para Descartes essas essências foram estabelecidas por Deus. Porque estabelecidas, todas as essências dependem dele inteiramente³.

Para falar de criação, Descartes emprega alguns verbos com o mesmo significado de criar. Não é porque ele utiliza, na citação acima, o verbo estabelecer que devemos tomá-lo como algo distinto de criar. Na verdade, além do verbo estabelecer, são usados os verbos dispor, produzir e criar para designar a instituição das verdades eternas. E, para acabar com qualquer suposta distinção entre estabelecer ou dispor e criar, Descartes, quando perguntado por Mersenne sobre por qual gênero de causalidade Deus as dispôs, respondeu que as verdades eternas foram dispostas pelo mesmo gênero de causalidade que ele criou todas as coisas, ou seja, como causa eficiente e total. Ora, já para a escolástica a divina causalidade eficiente é responsável pela produção, mas das coisas existentes, ou seja, a criação. É, talvez, possível que Mersenne esperasse de Descartes um outro gênero de causalidade para explicar a instituição das verdades eternas que não a causalidade eficiente. Com efeito, dizendo que as verdades eternas foram estabelecidas ou criadas, Descartes entra em confronto com a concepção ortodoxa, segundo a qual as verdades eternas não são criaturas de Deus. Elas, segundo a ortodoxia escolástica, na verdade, dependem de Deus mediante uma causalidade exemplar, por meio da qual são evitados problemas – para os quais Mersenne pretenderia apontar – decorrentes da consideração cartesiana ao tomá-las por criaturas, comprometendo, por isso, a eternidade das verdades⁴.

Descartes, entretanto, afirma para as verdades eternas o mesmo que a ortodoxia escolástica afirmava para a existência: “*Eu vos respondo que é in eodem genere causae [pelo mesmo gênero de causa] que ele criou todas as coisas, quer dizer ut efficiens & totalis causae [como causa eficiente e total]. Pois é certo que ele é autor tanto da essência quanto da existência das criaturas*” (Descartes 2, AT I, p. 151-152). Ora, que a existência se devesse a uma causalidade eficiente era algo mais frequentemente aceito.

Todavia, designar a mesma causa para explicar o estabelecimento das verdades eternas é um fato tão inédito quanto inadmissível. E Descartes o sabia. Para ele, porém, o ato pelo qual as coisas são produzidas é o mesmo que produz as verdades eternas, isto é, a causalidade eficiente, não sendo possível estabelecer qualquer distinção entre a causa das criaturas e a causa das essências. Com efeito, dizer que as verdades eternas foram instituídas mediante uma causa eficiente equivaleria a dizer que elas são criaturas, algo absurdo para a ortodoxia escolástica.

A teoria especial da criação, portanto, consiste em sustentar que as verdades eternas foram criadas por Deus; ela se opõe à ortodoxia escolástica, que considera criadas somente as coisas existentes. Nisto estão a novidade e a radicalidade da tese cartesiana. Passemos então à investigação das *Meditações*, a fim de saber se a “marginal” teoria especial da criação é ou não derivada de uma teoria geral da criação tecida nesta obra expressiva.

Na Primeira Meditação, Descartes percebe ter admitido como verdadeiras inúmeras opiniões falsas. Tais opiniões fundavam-se sobre princípios mal assegurados, duvidosos e incertos. É possível notar que a crítica de Descartes nessa meditação é dirigida à filosofia de Tomás, especialmente à sua teoria da criação, de inspiração aristotélica, fortemente marcada por um realismo ingênuo. Assim, sob a perspectiva crítica cartesiana, a teoria tomasiana da criação mostrar-se-á insustentável. Nesse sentido, a teoria geral da criação procurará oferecer princípios mais sólidos e seguros, já que os princípios escolásticos, sobre os quais a antiga doutrina está assentada são inseguros e duvidosos.

As Cinco Vias⁵ tomasianas para demonstrar a existência de Deus contêm, ao mesmo tempo, sua doutrina da criação (Cf. Gilson 4, p. 662). Tomás de Aquino procura provar a existência de Deus a partir da análise do mundo. Segundo ele, a constituição do mundo reclama um ser cuja causa metafísica não pode ser senão Deus. O mundo será, portanto, efeito de uma ação livre e divina, a criação. Sua doutrina da criação tem, todavia, um pressuposto fundamental, a saber, a existência do mundo. Ora, o mundo parece gozar de um estatuto superior de existência que o próprio Deus, pois há uma certeza indubitável da existência do mundo, sem a qual não é possível demonstrar a existência de sua causa, ou seja, de Deus. A existência do mundo é indubitável, enquanto a existência de Deus, causa criadora do mundo, carece de provas. Ademais a demonstração da existência de

Deus depende da existência de algo que é em si mesmo dependente, a criação. Deus, o supremo fundamento, é garantido por algo que carece ele mesmo de fundamento. Por isso, Descartes, após verificar haver dado ouvidos a falsas opiniões, declara ser necessário, uma vez em sua vida, desfazer-se das falsas opiniões recebidas até então, começando tudo de novo desde os fundamentos.

Na perspectiva cartesiana, a teoria de Tomás assenta-se sobre falsos fundamentos. Com efeito, se a existência de Deus necessita de provas, o mundo, de sua parte, ainda mais, já que os sentidos nos enganam. Assim, os princípios fundamentais da prova tomasiana tornam-se frágeis e suas demonstrações, asseguradas pelo princípio de causalidade, tornam-se sem efeito. A existência do mundo é duvidosa, porque sem antes provar que Deus existe e é veraz, a aplicação apressada do princípio de causalidade – imanente a cada uma das Cinco Vias – para explicar a causa divina do mundo é problemática, pois a observação ingênua dos sentidos não pode me fazer conhecer de modo indubitável a causalidade divina do mundo. Com efeito, se não há nenhuma garantia segura quanto à existência do mundo, como então proceder causalmente à existência de Deus? Quanto a isso, se Descartes apresenta a possibilidade de o mundo ser uma ilusão, maior razão então para acreditar que o Deus postulado causa deste mundo ilusório seja, também ele, uma ficção. Daí a dúvida instaurada por Descartes começar justamente pelo ataque às certezas indubitáveis dos sentidos: *“Tudo o que recebi até o presente como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos; ora algumas vezes experimentei que esses sentidos eram enganadores, e é prudente jamais se fiar inteiramente naqueles que já nos enganaram uma vez”* (Descartes 2, AT, IX-1, p.13).

Duas conseqüências podem ser retiradas da teoria tomasiana da criação. Primeiramente, ela é incapaz de demonstrar a existência divina; incapaz porque pressupõe a existência do mundo como algo evidente; em segundo lugar, uma vez que a existência do mundo não é evidente, deveria ser feita sua demonstração, o que não acontece. Assim, Deus e mundo são crenças ingênuas, opiniões falsas tidas por verdadeiras. Desse modo, permanece impossível obter qualquer certeza quanto à verdade de sua existência. Provada a fragilidade dos princípios do realismo tomasiano de inspiração aristotélica, caberá a Descartes começar tudo de novo desde os fundamentos, a fim de se ter uma doutrina da criação realmente sólida.

II

O itinerário cartesiano rumo a uma teoria geral da criação começa pela análise da possibilidade da existência de Deus e das coisas materiais. Numa atitude teórica oposta àquela tomasiana, Descartes julga necessário investigar se existe um Deus e se ele pode ser enganador, *“pois, sem o conhecimento dessas duas verdades, eu não vejo, diz ele, que eu possa estar certo sobre qualquer coisa”* (Descartes 2, AT, IX-1, p.29). Assim, antes de saber que existe um Deus veraz, fundamento da existência de todas as coisas, não é possível garantir a existência do mundo. É necessário, portanto, demonstrar que Deus existe.

Na Terceira Meditação, o sujeito pensante descobre-se possuidor de idéias, dentre as quais encontra-se a de um Deus *“soberano, eterno, infinito, imutável, onisciente, onipotente e criador universal de todas as coisas que estão fora dele”* (Descartes 2, AT IX-1, p.32)⁶. De acordo com Descartes, essas idéias não são um puro nada, pois possuem certa realidade objetiva. A análise rigorosa das idéias no sujeito só chegará a seu termo se for possível encontrar uma realidade formal para as idéias, ou seja, sua causa exterior e diferente do próprio sujeito. Do contrário, declara Descartes, *“não terei qualquer argumento que possa me convencer e me certificar da existência de qualquer outra coisa além de mim mesmo”* (Descartes 2, AT IX-1, p.33). A única idéia capaz de satisfazer essa condição é, de fato, a de Deus, pois é a idéia de *“uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente e pela qual eu e todas as coisas que são (se é verdade que há coisas que existem) foram criadas e produzidas”* (Descartes 2, AT IX-1, p.35-36). Descartes nota que a idéia de uma substância infinita não pode ser causada pelo próprio sujeito, pois ela reclama, se considero sua realidade objetiva, uma causa infinita. A causa, portanto, da idéia de infinito põe-se fora do sujeito, constituindo uma realidade infinita exterior. Garantida a existência verdadeira de Deus, Descartes então demonstra que ele é veraz. Com efeito, o infinito é absolutamente perfeito, o que exclui qualquer possibilidade de um tal ser querer enganar, pois isso é indício de malícia e evidenciaria um defeito em Deus. Ora, Deus é perfeito. Logo, não carece de nada, não tem necessidade, pois caso a tivesse, qualquer um poderia notar a dependência de Deus de alguma outra coisa e, por conseguinte, sua imperfeição.

De forma mais rigorosa Descartes demonstra a existência de Deus no argumento

ontológico. Aqui, ele novamente nota possuir idéias, mas que, quer existam quer não, as idéias possuem naturezas eternas e imutáveis ou essências pertencentes verdadeiramente às coisas das quais tem idéias. Se eu me detiver à análise da existência, reconhecerei logo ser esta uma perfeição. No que diz respeito a Deus, sua idéia em mim é de um ser infinito, perfeito, que não pode ser pensado como não existindo, pois significaria pensar um ser sumamente perfeito ao qual faltaria uma perfeição, algo absurdo. Assim, a idéia de Deus que trago em mim é a de um ser a cuja natureza verdadeira e imutável pertence a existência. É forçoso concluir que Deus realmente existe⁷. Sabendo que Deus existe e é veraz, poderemos investigar se o mundo existe e qual a sua causa.

A prova da existência do mundo é fornecida por Descartes na Sexta Meditação. Devido ao interesse do presente texto, é necessário não desenvolver todas as etapas da demonstração da existência do mundo. Partamos, pois, da consciência sensível. Descartes observa que, dentre as muitas idéias em mim, há aquelas que me representam coisas sensíveis independente do meu querer. A consciência sensível se caracteriza pela passividade. Se possuo idéias de coisas sensíveis é porque algo afeta a minha consciência, o que reclama um princípio ativo exterior e não imanente, capaz de explicar essa passividade.

Não basta, entretanto, saber que existe uma consciência passiva. Faz-se necessário ainda verificar se é possível conceber clara e distintamente alguma coisa distinta de uma outra, ou seja, alguma coisa capaz de ser pensada independentemente de outra. Ora, concebendo uma tal coisa, pode-se assegurar inicialmente sua distinção ou diferença. Sendo essa concepção clara e distinta, pode não apenas ser produzida por Deus, bem como ser posta separadamente pela onipotência divina. Descartes encontra duas coisas concebidas distintamente, ou seja, uma pode ser concebida independentemente da outra, e a existência de uma não exige a existência da outra. Trata-se da *res extensa* e da *res cogitans*. Com isso, ainda não está garantida a existência do mundo, mas a possibilidade do pensamento existir sem a extensão.

Continuando a análise em busca da demonstração da existência do mundo e sabendo que o sujeito possui idéias de coisas sensíveis cuja causa é um princípio ativo, pois a consciência sensível é passiva, Descartes investigará se tal princípio é imanente. A imanência desse princípio consiste em ser o próprio sujeito a causa da produção das idéias sensíveis, ou de encontrar-se nele uma faculdade oculta capaz de produzi-las.

Que não é o próprio sujeito a causa dessas idéias, Descartes já mostrou ao afirmar que elas não dependem do seu querer. Quanto à faculdade oculta, esta também não pode ser aceita, pois o sujeito não foi dotado por Deus de uma tal faculdade, posto que Deus ter-lhe-ia munido da consciência de sua existência ou então seria embusteiro. O que Descartes reconhece ter sido fornecido por Deus foi uma fortíssima inclinação para crer que elas (as idéias sensíveis) são enviadas pelas coisas corporais ou se originam destas. Mas não sendo imanente o princípio ativo, essas idéias não poderiam provir imediatamente de Deus ou através de outras criaturas? Contra isso, Descartes responde que a realidade que há objetivamente na idéia deve estar contida formalmente na coisa da qual procede. Ademais, se Deus permitisse que as “idéias partissem de outras causas que não as coisas corpóreas, ou fossem por elas produzidas”, ele não poderia ser desculpado de embuste. Portanto, o princípio ativo que age sobre minha consciência sensível se identifica às coisas exteriores, as quais são causa das idéias sensíveis. Eis aí a demonstração da existência do mundo.

Se me permitem, há uma pergunta a ser colocada a Descartes. Ora, se me engano atribuindo às idéias sensíveis causas exteriores, em que isso comprometeria verdadeiramente a veracidade divina? Apesar de não existirem faculdades ocultas, eu tenho a liberdade, segundo o próprio Descartes, para evitar o erro, apenas não assentindo; e ainda admite ele que, apesar da bondade divina, a natureza humana, enquanto composta de espírito e corpo, algumas vezes não consegue deixar de ser falível e enganadora. Por que Deus não pode ser isentado da responsabilidade na conexão causal entre minhas idéias sensíveis e a natureza corpórea, à qual elas corresponderiam? Essa não poderia ser uma das algumas vezes em que me engano?

A razão pela qual Deus seria culpado de embuste no caso de minhas idéias não serem causadas por coisas corpóreas se encontra na tese cartesiana segundo a qual Deus, provada a sua existência, além de “soberano, eterno, infinito, imutável, onisciente, onipotente”, é “criador universal de todas as coisas que estão fora dele” (Descartes 2, AT IX-1, p.31). As coisas corpóreas foram criadas, assim como eu, por um Deus veraz. Sendo assim, diz Descartes: “não há dúvida que tudo o que a natureza me ensina contém alguma verdade. Pois, por natureza, considerada em geral, não entendo agora outra coisa que Deus mesmo, ou a ordem e a disposição que Deus estabeleceu nas coisas criadas. E

por minha natureza em particular; eu não entendo outra coisa que o encadeamento ou conjunto de todas as coisas que Deus me deu” (Descartes 2, AT IX-1, p.63).

É óbvio que os ensinamentos da natureza devem conter verdade, pois sendo num primeiro sentido o próprio Deus, vejo que é veraz, portanto não pode enganar; sendo a ordem ou disposição das coisas, porque estas coisas são criadas por um Deus veraz, a ordem nelas foi por ele estabelecida. Quanto à minha natureza, o encadeamento de todas as coisas que Deus me deu, entre as quais a consciência sensível, contém alguma verdade. Assim, se Deus criou as coisas e me dotou com um conjunto de coisas, dentre as quais, repito, a consciência sensível passiva, onde se encontram idéias de coisas corpóreas, tais idéias só podem ser causadas pelas coisas mesmas, do contrário, Deus é enganador, pois, enquanto criador universal e causa total de tudo o que é, estaria permitindo que minhas idéias de coisas corpóreas tivessem qualquer outra causa que não elas mesmas. Temos, pois, demonstrada a existência do mundo garantida pela veracidade divina, na qual se sustenta a correspondência entre minhas idéias e as coisas exteriores.

III

Desde quando Descartes apresentou pela primeira vez nas *Meditações*, a idéia que tem de Deus, ele mostrou como inseparável dessa idéia o atributo criador. Contudo, na demonstração da existência das coisas corpóreas ou do mundo, fica claro que o Deus veraz garante que as idéias sensíveis correspondam a coisas exteriores, isto é, o mundo existe e é efetivamente exterior ao sujeito. Todavia, não está demonstrado claramente que Deus é a causa do mundo, que existe. É necessário investigar se existe uma teoria da criação.

Existe uma teoria da criação em Descartes tão original quanto radical. Nas *Meditações*, ao se referir à idéia de Deus, ele afirma entender um ser soberano, eterno, infinito, imutável, onisciente, onipotente e criador universal de todas as coisas que estão fora dele. Em outra lugar, Descartes diz que tal idéia é a de “*uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente e pela qual eu e todas as coisas que são (se é verdade que há coisas que existem) foram criadas e produzidas*” (Descartes 2, AT IX-1, p.35-36). A afirmação que Deus é criador universal de todas as coisas que se encontram fora dele ou criador de todas as coisas que são precisa de atenção. O que

significam as coisas que estão fora de Deus e todas as coisas que são?

O passo inicial reside em compreender o que Descartes entende por coisa. De acordo com Gleizer, coisa em Descartes pode ser tanto aquilo que possui existência atual, como referir-se também à realidade objetiva da idéia, ou ainda à existência possível das essências (Cf. Gleizer 5, p. 184-185). Assim, o conceito de criação não se restringe ao mundo ou às coisas corpóreas, mas abrange as verdades eternas, as quais são entendidas como as essências. Desse modo, a concepção de criação cartesiana é universal, ao contrário da defendida pela ortodoxia escolástica, pois nela Deus é criador universal de tudo o que é, de todas as coisas que estão fora dele; ou nos termos da carta a Mersenne de 27 de maio de 1630, Deus “*é o autor tanto das essências quanto da existência das criaturas*”. Assim, uma vez que as coisas – tanto as essências como as criaturas – foram criadas, elas devem existir fora de Deus.

A criação é designada por Descartes como produção das coisas mediante uma causalidade eficiente. Para a escolástica, a divina causalidade eficiente é responsável pela produção das coisas existentes. Mas para Descartes, ela é total. É necessário que as coisas venham a ser mediante uma causalidade eficiente. Nas *Quartas Respostas*, ele oferece as razões da produção dos seres por meio dessa causalidade, dizendo: “*Quando se pergunta se qualquer coisa pode se dar o ser a si mesma, quer-se saber apenas se a natureza ou essência de qualquer coisa pode ser tal que não tenha necessidade de causa eficiente para ser ou existir*” (Descartes 2, AT IX-1, p. 186). Assim, tudo o que é, na medida em que é, só não foi criado se pôde a si mesmo dar o ser ou a existência.

Na Quinta Meditação, por sua vez, Descartes fala que há coisas dotadas de naturezas eternas e imutáveis. Mas tal afirmação significaria que essas coisas também não poderiam não existir? Ou que elas envolvem uma existência absolutamente necessária e eterna? Em última análise, a questão é a de saber se haveria uma exceção à ação criadora, ou seja, se algumas essências seriam criadas e outras, as naturezas verdadeiras e imutáveis, incriadas. A resposta cartesiana é negativa. Com efeito, Deus somente envolve uma natureza eterna e imutável que não pode não existir. E as próprias essências, conquanto imutáveis, não são absolutamente necessárias⁸. Portanto, mesmo as essências eternas e imutáveis são necessariamente criadas. Assim, não há nada que dispense o ato criador. A única exceção é o próprio Deus. Com efeito, no artigo XIV dos *Princípios*, é

afirmado o reconhecimento pela mente de que a idéia de Deus envolve uma “*existência absolutamente necessária e eterna [...] de um ente sumamente perfeito*”; idéia que “*não é forjada por ela (a mente) nem exhibe uma natureza quimérica, mas uma verdadeira e imutável natureza que não pode não existir*” (Descartes 2, AT IX-2, art. XIV). Por existência absolutamente necessária só se pode entender aquela que não depende de outro quanto ao existir. Portanto, Deus somente possui uma natureza que dispensa uma causalidade eficiente para ser ou existir, pois é o único capaz de dar a si mesmo o ser.

Segundo a afirmação das *Quartas Respostas*, Descartes estabelece uma espécie de critério capaz de determinar o criado e distingui-lo do incriado. Algo é criado se sua produção necessita de uma causalidade eficiente para ser ou existir. Aquilo que dispensa a causa eficiente pode ser declarado incriado, pois sua natureza é tal que não depende de nenhuma outra coisa como causa de seu ser ou de seu existir. Descartes deixa entender que apenas Deus é incriado, posto que não é produzido por uma causa eficiente, que o preceda. Afora Deus, tudo, absolutamente tudo, é criatura. Todas as coisas criadas têm Deus como sua causa eficiente e total, ou seja, elas dependem absolutamente de Deus.

A noção de dependência é outro elemento importante da teoria geral da criação. De fato, a dependência dos seres em relação a Deus, não pode ser outra senão por criação, isto é, pela produção mediante uma causalidade eficiente. Descartes rejeita qualquer outro gênero de dependência que não a causa eficiente. Dependere de Deus é ser criado. Isto vale, sobretudo, para as verdades eternas, pois ele afirma a Mersenne, na carta de 15 de abril de 1630, que as verdades eternas foram estabelecidas por Deus e dele dependem inteiramente, tanto quanto todo o resto das criaturas. Ao afirmar a dependência absoluta de todas as coisas, Descartes novamente entra em desacordo com a doutrina tomasiana da criação. Para Tomás, as essências dependem exclusivamente do intelecto divino. A causa eficiente está relacionada estritamente à vontade divina, a qual produz atos finitos, ou seja, criaturas. Ora, como as essências são eternas, não podem ser explicadas pela causalidade eficiente, pois isto equivaleria a tomá-las por contingentes, ou seja, não necessárias, não eternas. Assim, era preciso fazer uma distinção, segundo Tomás, entre depender do intelecto e depender da vontade de Deus (Cf. Tomás de Aquino 8, I, q 14, a 8; q 15, a 2, 3; q 19, a 4). Todavia, a concepção cartesiana da simplicidade divina impede qualquer espécie de distinção entre intelecto e vontade em Deus, “*pois em Deus é uma mesma*

coisa querer, entender e criar” (Descartes 2, AT I, p. 152). Para Descartes, portanto, a dependência dos seres – criaturas e essências – é absoluta, ou seja, eles dependem tanto da vontade quanto do intelecto divino. Passemos, pois, à demonstração cartesiana da criação.

A análise cartesiana privilegia o sujeito, seja nas formas dos *Principes*, onde Descartes procura saber por quem existimos, recorrendo ao sujeito, que, se conhece algo mais perfeito, segue-se que o mesmo não existe por si, nem pode existir por nada senão por Deus; seja nos termos da Terceira Meditação, quando questiona se o eu, que tem a idéia de Deus, poderia existir no caso de não haver Deus. De quem seria originada a sua existência?

Considerando o sujeito, vê-se muito rapidamente que é criado. Descartes já provou que o finito não pode ser causa do infinito. Logo, não pode o sujeito pensante ser causa da idéia do ser sumamente perfeito nele. Pois bem, porque conhece algo mais perfeito, o sujeito pensante não pode existir por si. Além disso, considerando as perfeições que reconheço como atributos do ser sumamente perfeito, uma vez que minha vontade é, como em Deus, infinita, eu poderia me dar essas perfeições. Mas eu não posso, pois, essa vontade infinita possui em mim um poder finito. Resulta que eu não posso criar a mim mesmo (Cf. Gueroult 6, p. 251). Portanto, aquilo que não pode se dar o ser a si mesmo, não existe por si e, segundo os *Princípios*, “*não pode existir por qualquer um que não tenha em si todas aquelas perfeições, isto é, que não seja Deus*” (Descartes, 2, AT IX-2, art. XX), dentre as quais a onipotência, pois só um Deus pode criar. Por isso diz Descartes, “*se eu fosse autor do meu ser*”, ou seja, se eu pudesse me dar a perfeição da existência, “*então eu seria Deus*”; e deveria ser capaz de criar outras substâncias.

Quando interroga se o sujeito pensante poderia existir mesmo se Deus não existisse, Descartes está pondo o problema da existência por si, ou seja, o problema da absoluta independência de algo em relação a todos os demais seres. Descartes prova que é impossível também que o sujeito pensante seja independente. Com efeito, é muito patente que o sujeito possui paixões, que ele não pode ter surgido do nada, posto que foi nascido, tendo seus pais por causa somente das disposições na matéria, mas não enquanto coisa pensante. Outro argumento a favor da dependência absoluta, ou seja, da não existência por si, pode ser retirado por qualquer um da análise do tempo. A existência do sujeito pode

ser dividida em infinidade de partes, independentes entre si; “*e do fato de eu ter sido um pouco antes não decorre que deva ser agora, exceto se neste momento alguma causa me produza e me crie, por assim dizer, de novo, ou seja, me preserve*” (Descartes 2, AT IX-1, p.39). Ora para uma substância ser preservada no tempo é necessário o mesmo poder e ação para produzi-la e criá-la de novo, em caso de ainda não existir. Vê-se, portanto, que o sujeito pensante não pode preservar sua existência no futuro, porquanto reconhece não ter conhecimento de tal poder para isso; logo, depende de um ser distinto dele.

A argumentação cartesiana conseguiu provar que o sujeito pensante não é criador de si nem existe por si. A dificuldade emergente é a de se reconhecer criado, dependente de Deus. Daí a recorrência à objeção de que seja causado por causas várias, das quais recebeu as idéias de perfeições que atribui a Deus, mas que tais perfeições, na verdade, seriam imanentes ao universo. Descartes objeta que a simplicidade, unidade e inseparabilidade de todas as coisas que existem em Deus é uma das principais perfeições que concebe haver nele e não poderiam vir senão do próprio Deus. Mas talvez o sujeito pudesse ser produzido por causas menos perfeitas, com que Descartes não está de acordo. Com efeito, sou uma coisa pensante e possuo a idéia de Deus. Ora, a causa de minha natureza deverá ser uma coisa pensante e possuir em si a idéias de todas as perfeições atribuídas à natureza divina. Deve-se examinar novamente se essa causa tem origem e existência em si mesma ou em outra coisa. Tendo em si mesma, será Deus, pois existirá por si e terá poder de possuir todas as perfeições. Mas se tira sua origem e existência de outra causa, aplicar-se-á a análise causal. Ora a série não irá ao infinito, chegando, enfim a uma última causa, a saber, Deus.

Tendo provado que o sujeito pensante não se deu o ser nem existe por si, poderíamos encontrar outra coisa que fosse independente de Deus, portanto, criada? Definitivamente não. A pergunta traz à tona teses como, por exemplo, a da eternidade do mundo e a da independência absoluta das verdades eternas. O mundo, o universo não pode ser eterno. Com efeito, Descartes admite a dependência dos seres, recusa a imanência das perfeições ao universo e, levando ao absurdo, eu deveria admitir, enquanto coisa pensante, se minha causa é menos perfeita, ou ainda, extensa, que a *res extensa* fosse pensante, que ela fosse criadora, algo bastante estranho à filosofia de Descartes. Enfim, que o mais perfeito proviesse do menos perfeito. Quanto à independência das

verdades eternas em relação a Deus, tese defendida por Suárez, ela pretende a existência de verdades eternas incriadas, às quais a onipotente vontade divina estaria subordinada⁹. Isso significa que Deus só pode criar as coisas segundo a exigência lógica das essências. Por exemplo, se a essência de homem é animal racional, Deus só pode criar o homem como animal racional. Para Descartes, Deus é criador de todas as coisas. Ora, como somente Deus existe por si, é forçoso concluir que todas as demais coisas são criadas, pois dele dependem inteiramente.

Conclusão:

Esta exposição permite-nos concluir pela existência de uma teoria geral da criação, original e radical, da qual procede a teoria especial da criação, isto é, a que trata da criação das verdades eternas, em forte oposição às principais teses defendidas pela ortodoxia escolástica predominantemente tomasiana. Em Tomás, transparece o limite imposto à ação criadora ao vincular a causalidade criadora às coisas existentes. Descartes, por sua vez, dá ao ato criador alcance universal. A unidade e a coerência encontradas na teoria cartesiana desautoriza excluir a teoria especial do sistema de Descartes, como uma tese marginal, tornando irrelevantes e infecundas discussões desse tipo. Os esforços devem ser convergidos para refutar a teoria, mostrando sua inconsistência ou para resolver os não poucos desafios que a teoria especial coloca a todos os estudiosos de Descartes.

The cartesian theory of criation

Abstract: This article aims to explain the theory of creation found in Descartes' *Meditations*, of which consistently follows the *theory of the creation of the eternal truths* developed in his *Correspondence*, between the years 1630 and 1649. Doing so, we attempt to refute interpretations according to which the theory of the creation of the eternal truths would be incompatible with the Cartesian system. To this aim, we will present the thomistic concept of creation and the gradual Cartesian refutation of it, from where emerges a modern theory of creation, basis of the theory of the creation of eternal truths.

Keywords: God; creation; causality; Thomas Aquinas; Descartes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CURLEY, E. *De volta ao Argumento Ontológico*. Tradução de E. M. Rocha. In *Analytica*, vol. 2, n 2, 1997.
2. DESCARTES. *Oeuvres de Descartes*. Publicadas por Charles Adam & Paul Tannery, 11 vols. Paris: Vrin, 1996.
3. FICHANT, M. *Science et Métaphysique dans Descartes et Leibniz*. Paris: PUF, 1998.
4. GILSON, E. *La Philosophie au Moyen Âge*. Paris. Payot, 1986.
5. GLEIZER, M. A. *Considerações acerca da Doutrina da Livre Criação das Verdades Eternas*. In VV. AA Verdade, Conhecimento e Ação. São Paulo: Loyola, 1999.
6. GUEROULT, M. *Descartes selon l'Ordre des Raisons*, v. 1. Paris: Aubier, 1968.
7. MARION, J-L. *Sur la Théologie Blanche de Descartes*. Paris: Quadrige/ PUF, 1981.
8. TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Tradução coordenada por Carlos-Josaphat de Oliveira. São Paulo: Loyola, 2001.

NOTAS:

1 - A denominação “teoria geral da criação” e “teoria especial da criação” são minhas. No decurso de minha pesquisa de mestrado, ocorreu-me encontrar uma teoria da criação nas *Meditações*. Essa teoria unida às *Quartas Respostas* contém os princípios fundamentais sobre os quais se assenta a teoria especial da criação, isto é, a livre criação das verdades eternas. A teoria geral diz que tudo, exceto Deus, é causado, precisamente criado, por ele. Donde, por conseguinte, decorre a tese especial de que as verdades eternas foram igualmente criadas. O problema em que Descartes se envolve quando afirma que Deus é o criador universal, ou seja, criador de todas as coisas que estão fora dele, consiste em saber se tal afirmação diz respeito também às verdades eternas. A teoria geral contém o princípio universal da criação, a saber, qualquer coisa que não pode se dar o ser ou o existir tem necessidade de uma causalidade eficiente, ou seja, deve ser criada, enquanto a especial concerne a uma espécie do que é criado, isto é, as verdades eternas, seus problemas e soluções.

2 - Desse modo, os princípios que garantem a criação das criaturas são os mesmos que asseguram a criação das verdades eternas. Dependem inteiramente é o mesmo que ser causado por uma causa eficiente, ou seja, ser criado.

3 - De fato, existe na literatura cartesiana quem considere apenas as verdades matemáticas como sendo as verdades eternas. Fichant, por exemplo, garante: “as verdades ditas eternas são essencialmente as verdades matemáticas” (Fichant 3, p. 74).

4 - Ao afirmar que Deus criou as verdades eternas mediante a causalidade eficiente, Descartes adverte Mersenne que é ele – e por conseguinte a Escola – que vinculam o verbo criar à existência das coisas: “Eu digo que *ex hoc ipso quod illas ab aeterno esse vuluerit & intellexerit illas creavit* [no ato em que Ele desde toda a eternidade as quis e entendeu ele as criou], ou bem (se vós não atribuis a palavra *creavit* senão à existência das coisas) *illas disposuit & fecit* [as dispôs e fez]” (Descartes 2, AT I, p. 151-152).

5 - As Cinco Vias partem da análise de fenômenos no mundo para sua causa. Assim temos: a via do movimento para o motor imóvel; das causas segundas à causa primeira; do ser contingente ao ser necessário; do grau de perfeição dos seres ao ser sumamente perfeito; por fim, da ordem do mundo ao seu ordenador (Cf. Tomás de Aquino 8, I, q 2, a 2, 3).

6 - Criador universal de todas as coisas que estão fora Dele deve significar criador tanto das criaturas como das verdades eternas. Primeiro, porque para Descartes as verdades eternas foram criadas. Assim sendo, encontram-se elas fora de Deus. Isso garante que a teoria geral da criação não diz respeito apenas às coisas corpóreas.

7 - Ver também E. Curley 1, p. 51-81.

8 - “Não se deve dizer que, *si Deus non esset, nihilominus istae veritates essent verae* [se Deus não existisse, essas verdades não seriam menos verdadeiras]: pois a existência de Deus é a primeira e a mais eterna de todas as verdades que podem ser, e a única de onde procedem todas as outras” (Descartes 2, AT I, p. 149-150). Procedem de Deus não, porém, por emanção, mas por criação: “...esta essência não é outra coisa que as verdades eternas; as quais eu não concebo emanar de Deus como os raios [emanam] do sol, mas eu sei que Deus é autor de todas as coisas, e que estas verdades são alguma coisa, e por conseguinte ele é seu autor” (Descartes 2, AT I, p. 152).

9 - Acerca das discussões sobre a independência das verdades eternas ver Marion 7, p. 43-69.